



EDITORIAL

Caro associado

Antes de assumir a gestão como Diretora-Presidente, sentia a efervescência das gestões anteriores, das Diretoras-Presidentes, Vice-Presidentes e diretorias, pelo tratamento e cuidados afinados com relação às propostas da Associação Brasileira de Psicopedagogia da Seção São Paulo e pela forma como desenvolviam as mesmas. É desafiador estar nesta gestão (2023-2025), dar continuidade ao excelente trabalho realizado pelas anteriores, neste caso, pela gestão de Rebeca Lescher, atual Vice-presidente.

Escrever para o primeiro editorial é um misto de alegria e de propósito para que possa fazer a diferença, para vocês associados, para a equipe com que compartilho e para mim como psicopedagoga e sujeito.

Os percalços acontecem e as gestões não passam ilesas aos desafios, e quando se observa que seis meses já se passaram e nos mantemos e demos continuidade à história da ABPP-SP, me emociono por ter dado conta do recado. Neste caso, completaremos o 20º aniversário e é uma honra estar aqui para comemorar junto à ABPP-SP. Aproveito o momento para parabenizar o novo Conselho Estadual eleito, nesta gestão!!!

Tenho motivo de sobra para compartilhar o quanto o trabalho da atual diretoria está bonito e substancial, com novas propostas e mantendo as ações das gestões anteriores. Já iniciamos as ações com o Conselho Estadual, que vem com força de ampliar e apoiar nossos horizontes, e as Comissões de Ética, Científica e do Projeto Social, que atuam de forma efetiva e ativa em seus grupos.

Demos um caráter especial ao evento -II Encontro Estadual, com o tema *Deficiências Humanas: desafios e conquistas*, que será no dia 07 de outubro (salve esta data). Para corroborar com o evento, Rebeca Lescher aproveitou o tema e criou o INFORMA deste semestre, sobre a inclusão e as deficiências humanas. De forma integral, não mediu esforços para que tivesse conteúdos condizentes e com qualidade para abordar o tema. Todos somos diferentes dentro de uma igualdade humana.

No INFORMA, vocês poderão apreciar o artigo de nossa Conselheira Vitalícia, Maria Cristina Natel, com a **Educação Inclusiva no Ensino Superior - entrei na Universidade, e agora?** Ela tece sobre o direito das pessoas com deficiência pelo direito a ingressar ao Ensino Superior e a relação que estabelece com a sua atuação em um núcleo de acessibilidade, dentro da Universidade. A autora Claudia Brondi Calabria, relata sobre o artigo **Emprego Apoiado, uma tecnologia assistida para pessoas com deficiência** e traz contribuições sobre a metodologia do Emprego Apoiado que favorece a empregabilidade da pessoa com deficiência. Ainda no INFORMA, vocês acompanharão o artigo da nossa Conselheira Vitalícia Sandra Lia Nisterhofen Santilli, como tema **A Psicopedagogia como um dos pilares de transformação na vida de Pessoas com Deficiência Intelectual** – neste artigo Sandra discorre sobre a Pessoa com Deficiência e a interface com a Psicopedagogia

que contribui de forma efetiva para conhecer o modelo de aprendizagem de cada um, com base nas referências psicopedagógicas, cada um é um dentro de sua singularidade.

Ainda nesta edição, fomos abrilhantados pelo Artigo de Mônica, mãe de Gabriel, **Síndrome de Down e nossa história**, ao lerem, vocês poderão constatar o relato de uma mãe, segundo ela atípica, é ter do filho o amor, o carinho e o sorriso em qualquer circunstância.

Para somar aos artigos, Claudio Aleoni Arruda, com a colaboração de sua mãe Lisabeth Aleoni Arruda, escreve o artigo **Tomada de decisão**, e no II Encontro Estadual da ABPP-SP, teremos a grandeza de ouvi-lo com seu relato de vida e empreendedorismo.

Acompanhem o Aconteceu, da Agenda Cultural, no 1º semestre. Relatamos como vem acontecendo as ações do Projeto Social com a coordenação de três Conselheiras Vitalícias, Sandra Lia, Cris Natel e Rebeca. Leiam os trabalhos da Comissão de Ética e aproveitem para estudar o Código de ética do Psicopedagogo.

Então me lembro do que disse Galeano...

“A utopia está no horizonte, eu me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos.

Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos...”

“Que a gente não perca a coragem de caminhar”

(Tais Romero) em @pedagogia subjetividade.

Ruth Nassiff

Diretora Presidente da ABPP SP (gestão 2023 -2025)

AGENDA CULTURAL

Julho – Reunião dos voluntários do Projeto Social

Agosto – Novos grupos de estudos - Reunião do Conselho Estadual Reforma do Estatuto – Assembleia Extraordinária Banca de Titularidade

Setembro – Lançamento do livro *Intervenções em Psicopedagogia*; volume I

Outubro – Palestra e- Encontro Estadual ABPP SP: “Deficiências humanas desafios e conquistas”

Novembro – Palestras - Dia do Psicopedagogo Simpósio Nacional ABPP Nacional

Dezembro – Reunião do Conselho Estadual

PSICOPEDAGOGO ASSOCIE-SE !

www.saopauloabpp.com.br

saopaulo@saopauloabpp.com.br

contato: 11 9.6416-1030



A Educação Inclusiva no Ensino Superior entre na Universidade, e agora?

A passagem entre as diferentes etapas da educação básica representa marcos fundamentais na escolaridade de um aluno, assim como a transição do ensino médio para a faculdade.

Ingressar e participar do meio universitário representa um desafio, sobretudo para a pessoa com deficiência.

O direito das pessoas com deficiência a uma educação inclusiva em todos os níveis de ensino está assegurado desde o ano de 2015, quando foi promulgada a Lei n. 13.146, Lei Brasileira de Inclusão - LBI -, que visa garantir condições de acesso, permanência e aprendizagem do aluno por meio da eliminação de barreiras.

Se assegurado em todos os níveis de ensino, então, a reivindicação das pessoas com deficiência pelo direito de ingressar, permanecer e finalizar seu curso é, na atualidade, uma realidade para o ensino superior brasileiro, exigindo das universidades o desenvolvimento de práticas inclusivas com políticas de apoio e acolhimento aos estudantes com deficiência.

Dentre essas políticas situa-se o núcleo de acessibilidade cujo objetivo é apoiar o aluno com deficiência que precisa ser atendido com equidade em seu percurso de aprendizagem, uma vez que a criação desses núcleos, favorece o acompanhamento da trajetória acadêmica do aluno, orienta a política de inclusão do aluno universitário com deficiência, fortalecendo essa política em nível institucional. [...] propõe ações com vistas à eliminação de barreiras, contribuindo para o acesso, a permanência e a conclusão do curso no qual o aluno estiver matriculado. (NOFFS, RIBEIRO E NATEL; 2022, p. 153).

Minha atuação em um núcleo de acessibilidade, desde o ano de 2015, em uma universidade privada esteve vinculada inicialmente à disciplina Avaliação e Intervenção Psicopedagógica do curso de Psicopedagogia: fazia a supervisão clínica dos alunos que atendiam alunos universitários encaminhados pelo núcleo.

Posteriormente passamos a fazer um **plantão psicopedagógico** por meio de estratégias de intervenção de natureza individual ou coletiva, em três modalidades: oficina de jogos; psicopedagogia breve – avaliação, sondagem e intervenção; orientação à equipe docente.

Ampliamos nossa ação para **eixos de intervenção**, e assim os denominamos: intervenção psicopedagógica com jogos, tutoria / mentoria, orientação psicopedagógica, acessibilidade, avaliação psicopedagógica.

O eixo **intervenção psicopedagógica com jogos** destina-se a todo e qualquer aluno que busca desenvolver táticas de observação, estimular o raciocínio, a atenção e a flexibilidade cognitiva, funções essas que impactam na aprendizagem e, portanto, no seu desempenho acadêmico.

O eixo **tutoria / mentoria** tem como objetivo atender os alunos que chegam à Universidade com uma defasagem pedagógica e/ ou estratégias ineficazes de estudo, necessitando de um apoio para desenvolver hábitos de estudo ou para sanar possíveis lacunas pedagógicas. O encaminhamento do aluno para esse eixo de intervenção ocorre ao final da avaliação psicopedagógica.

O eixo **orientação psicopedagógica** se caracteriza por encontros com os professores e coordenadores dos cursos de Graduação para as devidas devolutivas que incluem orientações gerais e específicas sobre os respectivos alunos que passaram pelo atendimento psicopedagógico no NACE - Núcleo de Acessibilidade.

Também constam deste eixo palestras sobre temas específicos com vistas à atualização docente sobre metodologias de ensino adequadas a cada caso.

A parceria com a coordenadora deste núcleo, denominado NACE, é fundamental para as ações do eixo **acessibilidade** que se destina à todas as intervenções de acessibilidade disponibilizadas aos alunos com deficiência e necessidades específicas.

O eixo **avaliação psicopedagógica** está vinculado ao curso de Especialização em Psicopedagogia desta Universidade que apresenta em sua estrutura curricular a disciplinas Psicopedagogia Clínica e Institucional que tem, entre outros, o objetivo de propiciar ao aluno a oportunidade de atuação prática, sob a supervisão do professor responsável, possibilitando uma articulação da teoria com a prática.

Em março de 2020, com a pandemia do Corona vírus vieram as restrições de contato presencial e, desde então, o contato virtual passou a se configurar como uma das possibilidades de ação do plantão psicopedagógico no NACE.

Tomo emprestada a citação de Paulo Freire (1998) “a inclusão acontece quando se aprende com as diferenças e não com as igualdades”, por entender que venho ressignificando minha prática psicopedagógica a partir destes plantões com os jovens universitários, que com seus peculiares e diferentes modos de aprender e apreender a realidade, muito me ensinam.

Maria Cristina Natel

Pedagoga, Psicopedagoga, Mestre em Ciências- UNIFESP, Conselheira Vitalícia da ABPP SP. mariacristinanatel@gmail.com

Bibliografia:

BRASIL (2015). Lei nº 13.146, de 6 de julho. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: [L13146 \(planalto.gov.br\)](http://L13146.planalto.gov.br)
NOFFS., N.A. (org.) Formação de educadores, pesquisas e criatividade: desafios atuais - São Paulo: EDUC: PIPEq, 2022.

Emprego Apoiado, uma tecnologia assistida para pessoas com deficiência.

Caros leitores, este artigo traz informações sobre a metodologia do Emprego Apoiado, que favorece a empregabilidade da pessoa com deficiência.

A metodologia surgiu na década de 80, nos Estados Unidos, mostrando que era possível a colocação de pessoas com deficiência significativa no mercado de trabalho competitivo.

Muitas mudanças ocorreram ao longo dos anos, desde a desinstitucionalização, a forma de avaliação e classificação das pessoas com deficiência (CIF), as leis de inclusão social, a Convenção sobre os direitos das Pessoas com deficiência, adotada pela ONU em 13 de dezembro de 2006 e ratificada pelo Brasil por meio do decreto Legislativo nº 186, de 09 de julho de 2008, dentre outras.

A convenção traz o conceito:

“A deficiência resulta da interação entre pessoas com deficiência e as barreiras devidas às atitudes e ao ambiente que impedem a plena e efetiva participação dessas pessoas na sociedade em igualdade de oportunidades com as demais pessoas” (Convenção sobre os direitos das Pessoas com deficiência, Preâmbulo, Preâmbulo).

Analisando este parágrafo, podemos dizer que, se a sociedade **não** colocasse barreiras e obstáculos, as pessoas com deficiência poderiam levar uma vida em igualdade de oportunidades com as demais.

O que o emprego apoiado tem a ver com tudo isso?

A metodologia oferece às pessoas com deficiência a possibilidade, através dos apoios, de superar as barreiras impostas pela sociedade para que possam acender a um emprego digno, visando a autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social.

Afinal, o que é o Emprego Apoiado?

É uma metodologia que visa à inclusão social no mercado de trabalho competitivo de pessoas em situação de incapacidade mais significativa, respeitando e reconhecendo suas escolhas, interesses, pontos fortes, habilidades e necessidades de apoio.

O emprego apoiado é uma tecnologia assistiva, já reconhecida pelo governo. O profissional que atende deve buscar a formação e se especializar como consultor de emprego apoiado.

Atualmente existem cursos pelos quais você leitor consegue informações através da ANEA (Associação Nacional de Emprego Apoiado).

Durante o processo de atendimento de uma pessoa com deficiência a metodologia se divide em algumas etapas.

A primeira chamamos de descoberta. Inicialmente, o consultor tem que conhecer muito bem a pessoa, suas habilidades, seus conhecimentos, seus gostos, suas potencialidades, que tipo de trabalho gostaria de realizar etc.; esta etapa é muito importante, porque é através das informações percebidas e analisadas é que poderemos traçar o perfil profissional da pessoa. Muitas coisas devem ser observadas como tipo de ambiente mais adequado, qual jornada de trabalho, quais tarefas e atividades a pessoa consegue realizar com autonomia e quais irá precisar de apoio, intensidade de apoio fora e dentro do local de trabalho, entre outras coisas. Quando realizamos uma boa descoberta, conseguimos identificar com maior tranquilidade, o tipo de trabalho.

A segunda etapa é a busca da vaga de emprego, que deve condizer com as potencialidades e habilidades da pessoa. Quando o consultor conhece bem a pessoa que está atendendo, mais fácil fica a negociação com as empresas, pois conseguimos comunicar ao empregador com clareza quem é aquele candidato e como ele poderá contribuir para empresa.

É importante lembrar que as pessoas com deficiência têm o direito a salários justos e compatíveis com a função que será exercida. Existe algumas questões que são muito discutidas com relação a jornada de trabalho reduzida e customização de vagas.

Com relação a carga horária, devemos sempre analisar as necessidades da pessoa. Muitas vezes uma jornada, por exemplo de 4 horas diárias, permitirá uma qualidade de trabalho e produção mais efetiva por parte da pessoa com deficiência, então vale a pena a discussão com a empresa dessa possibilidade.

A customização de vaga é um assunto complexo, para a cultura empresarial brasileira, embora seja muito simples. Customizar uma vaga é simplesmente criar dentro da empresa funções de acordo com o perfil vocacional e profissional da pessoa com deficiência.

A próxima etapa é o acompanhamento dentro do local de trabalho. Nesta etapa, o consultor deve ajudar no treinamento e formação da pessoa, desenvolvendo apoios necessários, identificando as barreiras arquitetônicas e sociais. Muitas vezes, ele também desenvolve procedimentos e recursos que tornam mais fácil a realização das tarefas estabelecidas.

Conforme as adaptações vão sendo resolvidas, pessoas e empresa necessitando cada vez menos de apoio, o consultor inicia sua retirada progressiva. Importante ressaltar que até conseguir a desejável autonomia da pessoa no trabalho é necessário acompanhamento periódico, a fim de manter o posto de trabalho e a produtividade.

Em todas as etapas a família deve participar, mas lembrando que o ator principal é a pessoa com deficiência. É ela que deve ser empoderada, ouvida e receber os apoios necessários para obter sucesso e qualidade de vida.

Este artigo é apenas um pequeno resumo sobre a metodologia do Emprego Apoiado. Espero que os leitores tenham ficado com o gostinho de saber mais a respeito.

Claudia Brondi Calabria

Pedagoga, consultora de emprego apoiado, coordenadora do Núcleo de Inclusão Social para pessoas com deficiência.

Links para pesquisas: aneabrasil.org.br

Referências bibliográficas: Romeu Sassaki

[Emprego Apoiado, por Alexandre Prado Betti](https://agbook.com.br/book/49322-Emprego-Apoiado)

[https://agbook.com.br/book/49322-Emprego Apoiado](https://agbook.com.br/book/49322-Emprego-Apoiado)

A Psicopedagogia como um dos pilares de transformação na vida de Pessoas com Deficiência Intelectual

Por favor, pare por alguns instantes e imagine: uma criança, o João, que ao nascer, teve uma intercorrência que mudou o seu destino. João teve anóxia (falta de oxigenação no cérebro) durante o parto normal, em um hospital público, na periferia da cidade de São Paulo.

A criança chegou para a alegria de um casal, com outros dois filhos. Pais que arduamente trabalhavam para superar as dificuldades sócio-econômicas, e que batalhavam para garantir seus direitos como cidadãos. Pense que: ao longo do crescimento desta criança, a mãe observou diferenças com relação aos outros filhos, e após consulta ao pediatra recebeu o diagnóstico - deficiência intelectual ...

Qual o impacto desta notícia na vida desta mãe? E desta família? Qual o caminho a seguir? Se este fato ocorresse no início do século passado, provavelmente a criança cresceria sem atendimento médico e educacional na rede pública. Seria um candidato a permanecer em casa, longe dos olhares dos vizinhos que o julgariam como estranho, diferente...

Este agora jovem João¹, com 14 anos, chega em uma instituição e é recebido na sala de espera, está acompanhado do pai e da mãe. Eles se apresentam, nos dividimos e nos dirigimos para duas salas independentes. Os pais acompanhados da assistente social farão a anamnese e uma avaliação social. João fará uma avaliação psicopedagógica comigo, psicopedagoga.

Meu olhar esteve atento desde a postura do João ao dar a mão e me cumprimentar, um pouco ansioso, olhos esquivos, voltados para o ambiente novo e seus objetos. Verifico sua relação com os pais naquele momento ao observar as apresentações e ao se despedir carinhosamente deles para me acompanhar. Ele segue a minha frente e na sala de avaliação indico onde deve se sentar. Pergunto a ele seu nome completo e ele me responde com João. Procuo saber sobre a sua idade e, ele me responde que fez aniversário no domingo, que teve bolo e parabéns. Conta que os pais, avó materna, a tia e dois primos estavam na festa.

Pergunto se ele sabe o que veio fazer na instituição e porque está comigo; ele responde que não sabe. Acha que foi a escola que mandou, não soube dizer em que série está. Explico-lhe que o trabalho na instituição pode ajudá-lo a se desenvolver e aprender coisas novas. Conto-lhe sobre meu papel, como o de entender o que já aprendeu até o momento e que para isso faremos algumas atividades. Explico-lhe que se tiver dúvidas, pode perguntar, se não souber, ou não conhecer algo que pode me informar. Nossa conversa flui para que aponte no calendário do mural que dia é hoje. Ele se levanta, observa o calendário, consegue localizar a data, mas diz não saber ler e escrever. Pergunto-lhe se gostaria de aprender e ele diz que é o seu maior sonho. Este preâmbulo tem o objetivo de mostrar um pouco da realidade no contato de um psicopedagogo com jovens que receberam o diagnóstico de deficiência intelectual. Segundo a Lei Brasileira da Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei Nº 13.146) a definição de deficiência intelectual é:

Art. 2º Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

§ 1º A avaliação da deficiência, quando necessária, será biopsicossocial, realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar e considerará:

- I – os impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo;*
- II – os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais;*
- III – a limitação no desempenho de atividades;*
- IV – a restrição de participação.*

O Relatório da Organização Mundial da Saúde, de 2011, faz recomendações para mudança deste cenário, nos níveis local, nacional e internacional:

“Faz-se necessário esclarecer a sociedade sobre a condição e possibilidades das pessoas com deficiência, garantir o acesso à saúde, reabilitação, suporte, educação e emprego. Também é imprescindível fiscalizar a aplicação das leis que garantam o desenvolvimento e participação social de forma igualitária.”

A inclusão de pessoas com deficiência (qualquer tipo), assim como as com aparência diversa e as fora dos padrões de beleza, segundo Charles Gardou (2012, p.15) somente será possível se vivermos em uma sociedade inclusiva, que promova vida sem privilégios, sem divisões de qualquer espécie.

Voltando ao João (e para outras pessoas na mesma condição, com deficiência intelectual leve e moderada), todos tem a possibilidade de mudar sua história ao frequentar instituições que promovam seu desenvolvimento, com vistas ao aumento na qualidade de vida e, se possível, a inclusão no mercado de trabalho.

Psicopedagogia

Segundo o Código de Ética da ABPp, no seu Artigo 1 - *A Psicopedagogia é um campo de conhecimento e ação interdisciplinar em Educação e Saúde com diferentes sujeitos e sistemas, quer sejam pessoas, grupos, instituições e comunidades. Ocupa-se do processo de aprendizagem considerando os sujeitos e sistemas, a família, a escola, a sociedade e o contexto social, histórico e cultural. Utiliza instrumentos e procedimentos próprios, fundamentados em referenciais teóricos distintos que convergem para o entendimento dos sujeitos e sistemas que aprendem e sua forma de aprender.*

O papel do Psicopedagogo traduz-se como o de um especialista em aprendizagem que trabalha com a complexa relação existente entre o sujeito, sua trajetória, sua singularidade enquanto aprendente, e a sua modalidade (Labatut, 2009, p.95) ou estilo (Rubinstein, 2003, p. 126) de aprendizagem. Deste modo, o trabalho com pessoas com deficiência intelectual é possível e torna-se um grande desafio. Há de se considerar aspectos específicos da deficiência, relacionadas às síndromes e comorbidades, aspectos do desenvolvimento, condições de estimulação na família e na escola. Para que possamos iniciar este processo, que temporalmente se adapta à singularidade do sujeito, é feita a avaliação psicopedagógica, apoiada na CIF - **Classificação Internacional de Funcionalidade** cujo objetivo é avaliar as funções, condições que o corpo ainda pode realizar, ao invés de classificar pessoas de acordo com a doença e suas incapacidades como a CID. O levantamento leva em conta as potencialidades do indivíduo e atuação em contexto social. As possibilidades e as dificuldades da aprendizagem da pessoa com deficiência são investigadas por meio da avaliação psicopedagógica: suas possibilidades de atenção, compreensão, expressão e compreensão da linguagem oral, resolução de problemas. É, nesse momento também, que é feita a verificação de como ela se relaciona na escola, com os familiares, na comunidade, e qual o seu grau de funcionalidade no autocuidado e autonomia.

Esta avaliação e a da área da assistência social, é também fundamentada na proposta pelo Manual da AAIDD (American Association on Intellectual and Developmental Disabilities), nos eixos que consideram o desenvolvimento da funcionalidade humana da pessoa com deficiência intelectual: habilidades intelectuais, comportamento adaptável, saúde, participação social e contexto. Destes eixos temáticos decorre a seleção de objetivos que, organizados, compõem a organização de um Plano Individual de Trabalho para cada pessoa com deficiência intelectual.

Após a avaliação a parceria com familiares é fundamental no processo, destaca-se as possibilidades de desenvolvimento (desejos e habilidades); o olhar de profissionais, que multidisciplinarmente, dão apoio a esta pessoa, e o encaminhamento para mudança na qualidade de vida (dela e de sua família). No Plano Individual, são selecionadas atividades desafiadoras que promovam modificação de aprendizagem. Há respeito pelo ritmo e potencial de cada um. A Inclusão no Mercado de Trabalho completa o período de desenvolvimento da pessoa com deficiência intelectual, investigando seu perfil para o trabalho, e construindo caminhos para a nova etapa de cidadania – o emprego. Caso não tenha condições de trabalhar, a família será orientada para junto com a comunidade onde reside para inseri-lo em atividades que possam garantir qualidade de vida.

Tudo este trabalho consiste na ideia de que, após um período de permanência na instituição, o João e sua família possam vislumbrar a perspectiva de uma nova vida construída ao longo deste caminho. O casal será orientado para garantir em casa alinhamento de propósitos com os da instituição, a escola passa a ser uma parceira neste processo, com adaptação curricular e orientação na socialização tanto familiar, quanto na comunidade. Deste modo, seu desenvolvimento será considerado positivo. A análise do seu perfil poderá considerar uma vaga de trabalho de acordo com o seu desejo e habilidades. João será um protagonista, a escolha de qual caminho tomar será dele! Como psicopedagoga em uma equipe multidisciplinar, considero que este formato traz a importância da troca, com outros técnicos, leva à reflexão e avaliação crítica do nosso saber e fazer. O olhar integrado e holístico no desenrolar do trabalho traz flexibilidade para adaptações necessárias, às demandas das pessoas com deficiência intelectual e de suas famílias.

Conclusão

A Psicopedagogia contribui efetivamente, nesta ação multidisciplinar, em um contexto estruturado. Por meio do fazer psicopedagógico, é possível realizar a análise das possibilidades de aprendizagem, considerando o estilo e o ritmo de aprender de cada um. Com base nos referenciais psicopedagógicos, a equipe responsável pelas atividades é orientada a se pautar pelos objetivos que conduzem a uma avaliação constante e sistemática. A partir destes resultados, estabelece-se uma linguagem comum ao grupo, sendo o grande desafio, a busca de estratégias individualizadas e intervenções eficazes e eficientes. Neste percurso, todas estas atividades têm como objetivo a ampliação da aprendizagem, da comunicação e compreensão, o desenvolvimento para que o atendido conquiste qualidade de vida. São estabelecidas metas personalizadas para cada pessoa com deficiência intelectual, que se transformam em ações, colocadas em prática com o apoio de estratégias e recursos pedagógicos e psicopedagógicos específicos.

São propostas que ativam constantemente os saberes, até que a pessoa com deficiência intelectual consiga realizar, com autonomia, as etapas da elaboração de cada atividade, e seja capaz de interagir socialmente. A supervisão psicopedagógica com a equipe de profissionais da área técnica é imprescindível. São analisadas e discutidas as dificuldades e as intervenções possíveis para que novas aprendizagens sejam promovidas. O trabalho com a subjetividade de cada profissional é acessado, desafiando-os a aprender a aprender e a lidar com os seus processos de aprendizagem (Scoz, 2000, p.16).

Deste modo, o trabalho psicopedagógico, com a pessoa com deficiência intelectual, torna-se agente de desenvolvimento e de transformação social. Contribui para a inclusão social, na medida em que garante a igualdade de direitos e de oportunidades para todos.

Sandra Lia Nisterhofen Santilli

Pedagoga, Psicopedagoga -Presidente da ABPp SP (2014/2016)-
Conselheira Vitalícia ABPp SP - Coordenadora do Projeto Social ABPp SP vai à comunidade.

Bibliografia:

- AZNAR, A; CASTAÑON, D. G. -?Son o se hacen? El campo de la discapacidad intelectual estudiado a través de recorridos múltiples – Noveduc – Buenos Aires, México – 2008.
GARDOU, C. – *La société inclusive, parlons-en! Il n'y a pas de vie minuscule* – Toulouse: Edition Érès, 2012.
GASPARIAN, - M. C. C. – *Psicopedagogia Institucional Sistemica* – Lemos Editorial - São Paulo - 1997
MEIR, M. e GARCIA, S. – *Mediação de aprendizagem – Contribuições de Feuerstein e Vygotsky* – Grafiven, Curitiba – 2007.
PORTILHO, E. – *Como se aprende? Estratégias, estilos e metacognição* – Wak Editora – Rio de Janeiro – 2009.
RUBINSTEIN, E. - *O estilo de aprendizagem e a queixa escolar: entre o saber e o conhecer* – Casa do Psicólogo – São Paulo - 2003.
SCOZ, B.(org.); BORGES. A. L.; CANEPA, E. M.; GAMBINI, R. – *(Por) Uma Educação com alma* – Editora Vozes – Rio de Janeiro – 2000.
TÉBAR, L. – *O perfil do professor mediador* – Editora SENAC – São Paulo – 2011.

RELATO DE EXPERIÊNCIA

Síndrome de Down e nossa história

Aos 42 anos, descobri a gestação, já com 20 semanas – eu tomava anticoncepcional contínuo e não tinha sintomas. Perdi, claro, o tempo dos exames USG Ultrassonografia translucência nucal, exame que tem como objetivo avaliar o acúmulo de líquido sob a pele na região atrás do pescoço do feto. Com essa medição, é possível suspeitar de algumas condições como Síndrome de Down, Síndrome de Patau, Síndrome de Edwards, entre outras, e eu tive esse excesso de líquido, porém meu Ginecologista Obstetra não identificou a presença de alguma possível síndrome, mas o médico não identificou a presença da trissomia.

Com 33 semanas fiz USG e foi detectado amadurecimento da placenta, o que acarretaria falta de nutrientes e oxigênio para o bebê, fui imediatamente para uma cesárea emergencial. No nascimento, ficamos sabendo pela enfermeira obstetriz que ele havia nascido com Síndrome de Down. Após a alta da UTI neonatal, fizemos estimulação precoce numa instituição que consideram referência em deficiência cognitiva – porém para nós, não foi.

Fomos para uma clínica multidisciplinar a fim de dar sequência às terapias (fisioterapia, fonoaudiologia, terapia ocupacional, hidroterapia). Ficamos por uns 2 anos, e em seguida, partimos para terapias com especialistas fora dali, para que o ganho viesse. Entre elas, Cuevas Medek Exercises - metodologia baseada em exercícios dinâmicos e desafiadores contra a gravidade. Seu objetivo principal é reforçar o potencial de recuperação natural de crianças que apresentam alguma dificuldade motora, como as que nascem com Síndrome de Down. A estimulação permite o surgimento de respostas automáticas, pré-programadas a aparecerem mesmo em cérebros imaturos-equitação adaptada, fonoaudióloga, psicomotricista, natação, aulas de bicicleta, jazz, musicoterapia, brincadeiras lúdicas com a finalidade de cada dia obter mais autonomia em seu dia a dia. Quando ele completou 2 anos, decidimos matriculá-lo na escola, onde teria contato com outras crianças e aprenderia com elas, porém, recebi um e-mail da primeira que fui, avisando sobre uma cobrança extra, por ele ser PNE (portador de necessidades especiais). Questionei a diretora na ocasião, alegando espanto por tal taxa e ela tentou se explicar alegando que teria que disponibilizar um funcionário extra para ficar com ele. Ora, eu buscava escola para meu filho estar com crianças, interagir com elas; se fosse para ficar com um adulto, manteria ele com uma babá. Denunciei a decisão dessa cobrança extra pela escola ao Ministério Público e decidi expor à mídia (jornal, tv), pois achei que esse assunto deveria chegar a muitos pais e responsáveis que, infelizmente, acabam concordando em pagar tal taxa para ter uma escola que “aceite” seus filhos nessas condições – sim, muitas alegam não ter vagas. Ele acabou ingressando numa outra escola onde fora muito bem incluído, assistido de verdade. Como ainda não andava, a auxiliar de sala o conduzia. Essa escola nos foi tão querida, que quando ele estava finalizando o G5 (último ano da educação infantil), pedi para ele refazer o último ano, para que ganhasse mais “força” para adentrar ao fundamental, porém, a coordenadora pedagógica, em uma reunião que tivemos, me disse que para ele, o bom seriam ter exemplos de crianças mais velhas e não mais novas, pois a intenção era de sempre progredir, jamais regredir. Encerrado o ciclo infantil e lá fui eu, de novo, buscar escolas para matriculá-lo no Fundamental I. Nunca me esqueço de uma que fui visitar, bem organizada até, porém ao perguntar como era o preparo e adaptações da escola para um aluno com Síndrome de Down, a coordenadora pedagógica me respondeu: “De que ele precisa?”. Confesso que agradei e me despedi ali mesmo. Visitei umas sete ou oito escolas e sempre me deparava com caras de interrogação quando eu mencionava sobre a Síndrome de Down, inclusive houveram duas que não tinham todas as vagas para o ano

seguinte já preenchidas. Enfim, encontrei a atual, onde ele já está no 6º ano do Fundamental II. Socio construtivista, com várias atividades extracurriculares que agregam muito a ele. Por pura sorte, teve a mesma professora por 4 anos consecutivos, professora pós-graduada em inclusão e dona de um coração enorme. Hoje, ela coordena todo material adaptado da escola, ou seja, mesmo não lecionando para ele, está assistindo-o.

Seu relacionamento com os amigos é bastante saudável, o respeito prevalece. Acho importante demais que as crianças tenham essa troca, pois aprendem que todos somos diferentes, que cada indivíduo é único, tendo ou não um diagnóstico e, com certeza, se tornarão adultos mais flexíveis nesse conceito.

Mas a melhor parte de ser uma mãe “atípica” é ter do filho o amor, o carinho e o sorriso em qualquer circunstância. Quem conhece sabe do que eu falo. Sua pureza e doçura me fazem crescer como ser humano, ser tolerante em situações que antes dele nascer eu jamais seria, e ao mesmo tempo virar leoa, quando antes, eu nem me mexeria.

Mônica Burin, mãe de Gabriel

DEPOIMENTO PESSOAL

Tomada de decisão

Sou Claudio Aleoni Arruda, 38 anos, cavaleiro e palestrante, ativista social, influenciador digital e empreendedor. Sempre tomei minhas decisões. Eu estudei em escolas regulares, entrei com dois anos.

A minha primeira escola foi Cazuzá, depois Casinha Pequena. Me formei no ensino fundamental na Escola Jean Piaget, depois fui para o Colégio Pio XII como ouvinte. Temos que querer aprender, estudar muito, não é fácil. Quando veio a matrícula do ensino médio em precisei tomar minha decisão. Decidi não fazer ensino médio nem faculdade para seguir minha carreira de atleta de hipismo, eu consegui.

A ajuda dos pais e da família são fundamentais para o nosso desenvolvimento, estou aqui hoje porque meus pais sempre acreditaram em mim. Nossos desafios começam cedo, temos que saber o que gostamos. Eu sempre pratiquei esportes: natação, futebol, skate, tênis de mesa, mas minha paixão sempre foram os cavalos. Aprendi a montar cedo com meu pai na fazenda da minha avó. Aos 15 anos ingressei na Escola de Equitação da Sociedade Hípica Paulista e nunca mais parei. Eu sou primeiro atleta com Síndrome de Down a vencer campeonatos pela Federação Paulista de Hipismo. Sempre concorri de igual para igual sem diferenças. Decidi ser atleta de hipismo, o cavalo e a hípica me deram oportunidade para minha vida, eles acreditaram em mim, eu acreditei em mim. Tive garra fé e determinação, me tornei vice-campeão paulista e vice-campeão regional metropolitano pela Federação Paulista de hipismo saltando 0,60 m.

A inclusão me deu muitas conquistas, no esporte, no trabalho e na vida. O esporte é um caminho para a inclusão. O meu primeiro emprego de carteira assinada foi na rede de restaurantes Applebee's, foi minha escola de trabalho. Meu cargo era busser, assistente de serviços gerais. Fiquei lá quatro anos até tomar outra decisão: pedi demissão do meu trabalho na Applebee's para trabalhar com cavalos. Eu consegui, fui contratado com meus méritos e qualidades, sem lei de cota. Fui contratado pelo Pônei Clube Brasil na hípica paulista, depois me tornei colaborador da Sociedade Hípica Paulista, onde trabalhei por 10 anos. Sinto orgulho de mim de ser profissional de respeito. Cavalo é tudo para mim, meu hobby, meu trabalho e minha paixão. A pandemia mudou a minha vida, mudei de cidade, mudei de vida. Fui morar no interior de São Paulo, em Piracicaba. Fiz vários cursos on line e presencial.

Como me tornei ser empreendedor? Fiz um curso de empreendedorismo pela ONG Asid Brasil. Eu queria montar um centro de equoterapia, que não rolou porque estava muito caro. A minha mentora disse para eu ser palestrante e eu topei. Sou bom comunicador, sempre fiz palestras. Abri minha MEI, Clahipismo, faço palestras, mesa redonda, roda de conversa on line e presencial. Me

tornei embaixador do projeto Inciativa Kids, onde trabalho uma vez ao mês, nos eventos em São Paulo. Me tornei também embaixador da Asid Brasil, como contedista e palestrante.

Eu trabalho e dou Nota Fiscal. Quer me contratar?

Sigam minhas redes sociais: @clahipismo

Meus contatos: claudioaleoniarruda@gmail.com

celular: 11 99394-3967

Claudio Aleoni Arruda com colaboração de Lisabeth Aleoni Arruda

Claudio Aleoni Arruda 38 anos, cavaleiro palestrante, ativista da inclusão social, influenciador digital e empreendedor. Primeiro aluno com Síndrome de Down, na Escola de Equitação da Sociedade Hípica Paulista, a sagrar-se vice - campeão Paulista e Regional Metropolitano pela Federação Paulista de Hipismo. É coautor do livro "Mude seu falar que mudo meu ouvir" onde participou do lançamento da versão em inglês na ONU em Nova York. Foi um dos 13 milhões de brasileiros escolhido para conduzir a Tocha Olímpica. Após 15 anos trabalhando como colaborador de empresas, decidiu empreender. Palestrante, abriu sua MEI consolidando sua marca Clahipismo

ACONTECEU

Neste espaço divulgamos e registramos os eventos promovidos pela ABPP Seção São Paulo, durante o 1º semestre de 2023. A maioria dos eventos realizados pela ABPP SP, foram realizados de forma online.

EVENTOS REALIZADOS NO 1º SEMESTRE DE 2023

- ✓ 10/02 – Reunião do Conselho Estadual
- ✓ 11/02 -Reunião do Projeto Social - Coordenadoras, supervisoras e voluntários associados da ABPP Seção São Paulo
- ✓ 23/03– Palestra on line para Associados e não Associados: **Izabel Ludwig** - Psicopedagogia e Empreendedorismo: Inovar em Contexto de transformação”
- ✓ 03/04 – Roda de Conversa Presencial - Associados e não Associados: **Edith Rubinstein, Leda Barone, Silvia Sztlering** - lançamento do livro: (Im)possibilidades do aprender.
- ✓ 25/04, 09/05, 23/05, 06/06 - Grupo de Estudos on line para Associadas – Coordenação de **Mônica Mendes**: “Vamos conversar sobre Avaliação Psicopedagógica?”
- ✓ 10/05, 24/05, 07/06, 14/06 - Grupo de Estudos on line para Associadas –Coordenação de **Ariane Zanelli** – “Vamos conversar sobre.... devolutiva e relatório psicopedagógico?”
- ✓ 17/06- OFICINA DE JOGOS - Presencial para Associados e não associados- parceria com **César de Oliveira**, criador do “Pingo no i”

PROJETO SOCIAL

Projeto Social da Associação Brasileira de Psicopedagogia Seção São Paulo ABPP SP - vai à Comunidade

O Projeto Social “A ABPP SP vai a Comunidade” iniciou a nova gestão 2023-2025 com três coordenadoras: Maria Cristina Natel, Rebeca Lescher e Sandra Santilli. Cada uma está encarregada de acompanhar os trabalhos com os diversos parceiros que foram se agregando ao nosso projeto, como: a Casa do Pequeno Cidadão - Naispd (atendimento clínico); SAICA Casa Edith Stein - formação de educadores (atendimento Institucional); Instituição PROF - em parceria com o curso de pós-graduação em Psicopedagogia da PUC SP - (assessoria e atendimento clínico); Fundação Casa - Unidade Brás - (atendimento clínico); Serviço Social de Osasco - SAICAS - (atendimento clínico); Lar da Bênção Divina - (atendimento clínico); Cooperativa do Bem - (apoio) e o Ambulatório de Pediatria especializado em Desenvolvimento e Comportamento do Hospital das Clínicas - USP- (assessoria e atendimento clínico).. Atualmente o projeto conta: 31 voluntários - todos formados em Psicopedagogia; 16 supervisoras - todas Associadas Titulares; 5 crianças em lista de espera; total de atendidos: 35 crianças/adolescentes e duas equipes com 11 educadores no total.

Venha fazer parte deste lindo projeto!!!

M^a Cristina Natel, Rebeca Lescher e Sandra Lia Santilli
Coordenadora do Projeto Social (gestão 2023/2025)

Contato: projetosocial.abppsp@gmail.com

Inscreva-se: <https://saopauloabpp.com.br/novosite/projeto-social/inscreva-se/>

Procure mais informações em:

<http://saopauloabpp.com.br/novosite/projeto-social/historico>

COMISSÃO DE ÉTICA

Iniciamos uma nova gestão e a Comissão de Ética do Conselho Estadual da ABPP - Seção São Paulo, com grande satisfação, recebeu novos conselheiros estaduais e membros da diretoria executiva - 2023/2025 - para comporem nossa comissão. Temos como instrumento norteador para nossas ações o **Código de Ética do Psicopedagogo** (2019), instrumento de proteção do profissional da Psicopedagogia.

Seguimos com nosso trabalho de zelar pela conduta ética na práxis psicopedagógica. Consideramos que a boa formação é um dos principais alicerces para a reflexão ética e crítica acerca da prática profissional do psicopedagogo. A formação continuada, a importância da supervisão e do processo terapêutico pessoal são algumas das orientações pautadas no nosso código de ética.

Nesse Informa destacamos um artigo, de fundamental importância, que trata da formação:

Capítulo IV, ARTIGO 11- *"São deveres do psicopedagogo: a) manter-se atualizado quanto aos conhecimentos científicos e técnicos que tratem da aprendizagem humana;...d) colaborar com o desenvolvimento da Psicopedagogia por meio da participação em eventos, pesquisas e publicações, entre outras possibilidades; ...h) submeter-se à supervisão psicopedagógica e ao processo terapêutico pessoal."*

A Ética é o principal pilar para uma prática psicopedagógica comprometida. Convidamos você, psicopedagogo, a ler o **Código de Ética do Psicopedagogo** em nosso site para ser auxiliado nas reflexões acerca de sua prática profissional.

Carla Labaki

Coordenadora da Comissão de Ética do Conselho Estadual da ABPP - SP

EXPEDIENTE – DIRETORIA EXECUTIVA 2023 / 2025

DIRETORIA EXECUTIVA

DIRETORA PRESIDENTE: Ruth Nassiff

DIRETORA VICE-PRESIDENTE: Rebeca Lescher Nogueira de Oliveira

DIRETORA SECRETÁRIA: Paula Roberta Martins Fernandes de Castro Santos

DIRETORA SECRETÁRIA ADJUNTA: Wylma Espinheira Teixeira Ferraz

DIRETORA FINANCEIRA: Eliana Santos Moura

DIRETORA FINANCEIRA ADJUNTA: Helena Maria Barbosa da Silva

DIRETORA CULTURAL: Cecília Gereto de Mello Faro

DIRETORA CULTURAL ADJUNTA: Patrícia Rossi Torralba Horta

DIRETORA DE COMUNICAÇÃO E PUBLICAÇÕES: Maria Lúcia Moura Caruso

DIRETORA ADJUNTA DE COMUNICAÇÃO E PUBLICAÇÕES: Mônica Recusani

PROJETO SOCIAL

COORDENADORA DO PROJETO SOCIAL:

Maria Cristina Natel

Rebeca Lescher N. de Oliveira

Sandra Lia N. Santilli

CONSELHO ESTADUAL:

Adriana Araujo

Andrea de Castro Jorge Racy

Ariane Zanelli de Souza

Camila Barbosa Riccardi León

Carla Labaki Agostinho Luvizotto

Ernani Pereira Junior

Márcia Alves Verri

Marcia Di Santo Machado

Regina Irani Spirandeli Federico

Sandra Casseri Rindeika

CONSELHO FISCAL:

Márcia Maria Machado Monteiro

Ymei Uvo de Sá Trench

CONSELHO VITALÍCIO:

Maria Cristina Natel

Mônica Hoehne Mendes

Rebeca Lescher Nogueira de Oliveira

Sandra Lia N. Santilli

Sônia Colli

Este periódico é uma publicação exclusiva da **ABPP SEÇÃO SÃO PAULO**

EDITORA DE REDAÇÃO: Rebeca Lescher Nogueira de Oliveira

CONSELHO EDITORIAL: Andréa de Castro Jorge Racy, Ariane Zanelli de Souza, Maria Cristina Natel e Cecília Gereto de Mello Faro.

TIRAGEM: 500 exemplares

CRIAÇÃO E IMPRESSÃO: KOSMOGRAF